

Pontos de cultura e os novos paradigmas das Políticas Públicas Culturais: reflexões Macro e Micro-Políticas

Ariel F. Nunes*

Resumo: Políticas Públicas Culturais brasileiras tradicionalmente valorizaram a “alta cultura” e o folclore como marcadores de nossa cultura. Esta antiga perspectiva está em processo de mudança, especialmente a respeito do diálogo com a sociedade civil. A administração do Ministro Gilberto Gil (2003-2008), inaugura uma política cultural voltada ao modelo de gestão compartilhada. Esta mudança propõe novos modos de se produzir políticas culturais e os Pontos de Cultura se destacam como grande expoente deste novo paradigma. O artigo pretende: a) contextualizar as políticas culturais brasileiras no cenário macro-político global. b) mapear relações entre Pontos de Cultura e Políticas Públicas Culturais a partir de uma etnografia micro-política. Os Pontos serão acionados como objetos de análise, de construção e de integração das políticas locais, nacionais e globais.

Palavras-chave: Políticas Públicas Culturais, Pontos de Cultura, Macro e Micro-políticas

Entre 2003 e 2008 houve uma reestruturação e ampliação do campo de atuação do Ministério da Cultura. A agenda dessa gestão é marcada por uma concepção pluralizante de cultura. As noções de igualdade e totalidade, paulatinamente dão lugar aos conceitos de *diversidade* e *diferença* dentro de nossas políticas culturais. Todavia,

* Historiadora e Mestranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: arielfn_hp@yahoo.com.br

estes novos conceitos estão ancorados em uma rede de discussão global. Fatores como a globalização estruturaram novos modos de se compreender cultura e suas políticas. Os efeitos da globalização estão presentes nas discussões de organismos transnacionais (tais como ONU, UNESCO e OMC). Estas discussões transnacionais por sua vez, influenciam na construção e na pulverização da *diversidade* como um novo paradigma político brasileiro.

Concomitante ao diálogo transnacional, novos espaços, novos modos de individuação e participação dos sujeitos são construídos. Trata-se de uma via de mão dupla entre a esfera local e a esfera global. Assim, as diversas transformações do mundo e da vida social podem produzir novas definições de localidade. No lugar do “mundo bem ordenado pela distância” se desenvolve o território em rede (Veltz, 1996). Os lugares, são como observa Giddens (2002, p. 27), cada vez mais “fantasmagóricos”, e os “teatros sociais completamente penetrados por influências sociais muito longínquas”.

A gestão do Ministro Gilberto Gil formulou uma política pública focada na diversidade cultural e no diálogo com a sociedade civil. A agenda se desvinculava da política cultural determinada por “uma identidade nacional” e garantia estar na pauta temas como a gestão compartilhada e a transversalidade das políticas públicas culturais.

[...] toda política cultural faz parte da cultura política de uma sociedade e de um povo, num determinado momento de sua existência. No sentido de que toda política cultural não pode deixar nunca de expressar aspectos essenciais da cultura desse mesmo povo. Mas, também, no sentido de que é preciso intervir. Não segundo a cartilha do velho modelo estatizante, mas para clarear caminhos, abrir clareiras, estimular, abrigar. Para fazer uma espécie de *do-in* antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país... (GIL, 2003, p. 3)

A mudança no paradigma das políticas culturais brasileiras é um indicativo de uma discussão global e transnacional. E o Programa Cultura Viva, responsável pela criação dos Pontos de Cultura, marca um novo momento de nossas políticas. O termo “Ponto de Cultura” foi esboçado no final da década de 1980, pelo antropólogo Antônio Augusto

Arantes, na época Secretário de Cultura em Campinas-SP (Turino, 2009). A idéia inicial era de reconhecer e potencializar as produções culturais de grupos e comunidades. O projeto foi interrompido com a mudança de governo e, criou-se posteriormente um programa denominado “Casas de Cultura”, no qual o governo respondia às necessidades das comunidades. Entretanto, a proposta dos Pontos de Cultura era justamente inversa. Os Pontos não deveriam ser construídos pelo governo. O foco não era na ausência ou carência de benefícios; mas sim em um protagonismo social a partir de um modelo de gestão compartilhada. Ao invés de conceber, o governo deveria reconhecer e potencializar as produções culturais dos grupos.

Com a gestão do Ministro Gilberto Gil (2003-2008), o projeto inicial dos Pontos de Cultura foi retomado. Atualmente, Ponto de Cultura pode ser sumariamente definido como um convênio imbricado de responsabilidades e direitos, entre governo e sociedade civil. Os Pontos de Cultura são espaços de manifestações culturais dos grupos e localidades. Há Pontos de Cultura de grupos e escolas de samba, de rap, de teatro, de música, de dança, de museus, de associações de moradores, de aldeias indígenas, de quilombolas, de assentamentos rurais, de núcleos de extensão universitária... (Turino, 2009). Trata-se de um local aberto às manifestações artístico-culturais de uma localidade. Por sua vez, a gestão do Ponto é realizada pelos próprios membros da comunidade.

Os Pontos de Cultura serão aqui observados como nódulos de uma trama. Como um programa que pode ser potencializado se acionarmos a gestão compartilhada articulada em rede, operando rizomaticamente (Turino, 2009, p. 65). Isto porque cada Ponto possui sua particularidade, mas é na operação em rede que podemos compreender os Pontos como um modelo de política pública cultural nacional. Agindo como rizomas, os Pontos de Cultura conectam níveis de integração local e nacional.

A especificidade dos Pontos de Cultura corresponde a uma figura fundamental de negociação das políticas culturais: o Gestor. Estes indivíduos são capazes de atuar tanto para a comunidade quanto para a nação. Os gestores dos Pontos de Cultura são

membros da sociedade civil que administram a captação e aplicação de recursos. Trata-se da gestão compartilhada; um modelo que marca a participação ativa da sociedade na construção de políticas culturais.

Os gestores dos Pontos de Cultura, como indivíduos “intermediários” ou *brokers* (Wolf, 1956), serão aqui observados como importantes sujeitos relacionais entre o macro e o micro político, ou entre o local e o nacional. Um *broker* representa aqui o elo da gestão compartilhada. O *broker* está entre o local e o supralocal. Esta interação exercita um novo modelo de Estado, um protagonismo social nas políticas públicas. Os “intermediários [ou *brokers*] controlariam as articulações ou sinapses cruciais das relações que ligam o sistema local ao todo mais amplo” (Wolf, 1956). O intermediário constitui uma instância de poder tanto para atender benefícios pessoais, de sua comunidade ou ainda, a interesses externos. Uma micro-análise a partir dos Pontos de Cultura nos permite observar o impacto e atribuição dos macro-fenômenos em pequenos contextos.

Consideramos, portanto que os Pontos de Cultura surgem em um momento de mudanças conceituais e estruturais no MinC. Estas mudanças por sua vez, estão articuladas em uma discussão supranacional e transnacional. Podemos observar a partir dos Pontos (e, portanto, de nossos novos paradigmas políticos), uma transformação na esfera local, nacional e global. Veremos adiante como as políticas públicas culturais brasileiras se encaixam em um contexto mais amplo. Como a globalização implica na construção de políticas públicas construindo níveis de integração nacional e transnacional. Posteriormente, a partir de uma sugestão etnográfica, veremos como a figura dos *brokers* integra local e o nacional. Como os gestores operam macro e micro-políticas.

A Cultura no espaço macro-político: globalização e políticas públicas culturais

Globalização pode não ser uma palavra atraente ou elegante, mas absolutamente ninguém que queira compreender nossas perspectivas no final do século pode ignorá-la

[...]. Nenhum discurso político é completo sem referencia a este processo. (Giddens, 2007, p. 18).

A globalização não será aqui definida como um processo singular, mas como um conjunto complexo de processos que, por muitas vezes, operam de modo contraditório e antagônico. Ela cria novas zonas econômicas e pode provocar o ressurgimento de identidades culturais em várias partes do mundo. A globalização remete a um caráter indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais. (Bauman, 1998, p. 67). Assim, partiríamos da idéia que a globalização seria ausente de um centro ou de uma unidade. “Um conceito comunicacional que ora mascara, ora transmite significados culturais ou econômicos.” (Jameson, 2001, p. 44). É neste sentido que a globalização e a transnacionalização se articulam às identidades locais, regionais e nacionais em movimentos transfronteiriços que favorecem a reconstrução de imaginários culturais.

Além do caráter indeterminado e o da complexidade dos seus processos, há outros dois aspectos importantes na análise sobre a globalização. O primeiro é a superação das dicotomias centro-periferia, tradicional-moderno, desenvolvido e subdesenvolvido. Estas polaridades reduzem a complexidade dos processos sociais atuais.

O outro aspecto é perceber que a globalização corresponde a um fenômeno de “desterritorialização de produção de bens e de comunicação” (Castells, 1999). As dimensões econômicas, migratórias e comunicacionais são discutidas por vários autores (Appadurai, 1996; Giddens, 2007; Canclini, 2001) que definem a globalização como a produção de um novo regime de espaço e tempo. No espaço, as sociedades se inscrevem criando lugares singulares e processos sociais. No tempo, as sociedades encontram-se inseridas nos processos de desenvolvimento, (às vezes sincrônicos, outras vezes descompassados) em relação uma perspectiva global.

Neste sentido, podemos observar o fenômeno da globalização como uma transformação tecnológica, mas também como uma transformação na forma de organizar a produção – um novo modelo de acumulação de capital, com o predomínio

do capital financeiro transnacional (Alvarez, 2000). Trata-se de um modo de organização que desterritorializa a produção e o capital. Neste sentido, a dinâmica entre global e local cria novos espaços que devem estar contextualizados aos novos modelos de economia política moldadas pela modernidade. Assim, as tensões não seriam exclusivas da globalização ou das culturas locais, mas principalmente da *glocalização* - (Robertson, 1992) - da interdependência e interpenetração entre global e local. Trata-se de um espaço em rede. Percebemos que o tema da diversidade cultural está relacionado às disjunções, conexões, instabilidades dos fluxos simbólicos e às políticas econômicas globais. Portanto, determinar os sistemas culturais a partir do “todo” ou de suas “partes” é reduzir as diferenças intrínsecas da cultura. A intenção aqui é de observar a articulação entre o local e as arenas espaciais mais amplas.

Quando mencionamos diversidade, ou “políticas da diferença”, levantamos o tema de um modelo desenvolvimentista questionável (Escobar, 1999, Giddens, 2000, Little, 1992 e Stavenhagen, 1985, 2000) onde estruturas do Estado e de Governo precisam ser revistas. Isto porque para muitas populações locais, o desenvolvimento é um conjunto de práticas e ideologias importadas.

Os locais frequentemente não estão preparados para entender a fusão de interesses nacionais e transnacionais dos mais diversos matizes políticos, ideólogos e econômicos que ocorrem naquele cenário. Assim, proliferam os intermediários (brokers) e as alianças nem sempre positivas para as populações locais (Little, 1992 *apud* Ribeiro, 2000, p. 23).

A proposta de participação da população nos projetos desenvolvimentistas (e nas políticas públicas como um todo) é cada vez mais freqüente. Nos Pontos de Cultura, ainda não podemos afirmar se trata de um modelo *outsider*, não compatível ao nosso formato brasileiro. Mesmo porque, no que diz respeito à manutenção dos Pontos de Cultura e do Programa Cultura Viva, percebemos que os atores envolvidos (artistas, gestores e membros da comunidade) almejam a continuidade das ações do programa. O Ponto de Cultura, caracterizado pelo modelo de gestão compartilhada, torna-se elemento de questionamentos desenvolvimentistas e provoca o debate sobre o que nossas políticas públicas compreendem por desenvolvimento.

Sobre os modelos desenvolvimentistas que se inserem nas políticas públicas, alguns autores, como Giddens (2000) e Stavenhagen (2000) propõem uma nova relação entre a regulamentação estatal e a dinâmica do mercado. Trata-se da construção de um “Estado de investimento social”. Um modelo de Estado que estimula a iniciativa individual e a responsabilidade “em vez da passividade e resignação” (Giddens, 2000, p. 68). Na perspectiva dos dois autores, para que o modelo de desenvolvimento não viole a diversidade cultural, seriam necessárias a priori, mudanças de políticas de Estado e de mercado. Isto significa que um modelo desenvolvimentista que valorize a diversidade cultural implica na construção e implantação de novas políticas.

Observar as interfaces entre os discursos dos organismos transnacionais e dos nossos Ministros nos direciona a uma visão articulada sobre nossas políticas culturais. Mas em que medida o discurso formal nacional/transnacional se aproxima e se distancia da fala das localidades?

A preocupação em avançar no debate sobre a diversidade em nível nacional e internacional pode ser observada a partir do Fórum Cultural Mundial, realizado em 2004 em São Paulo. Este encontro pressionou a UNESCO a estabelecer a Convenção Internacional sobre a Proteção da Diversidade Cultural e da Expressão Artística. Este momento foi um marco nas discussões sobre a diversidade cultural não só no Brasil, como no mundo. No evento, o Ministério brasileiro propôs a “Carta São Paulo” que sugeria um tratamento diferenciado no comércio internacional, para bens e serviços culturais. Este movimento exemplifica uma das inúmeras relações que são estabelecidas entre as políticas nacionais e as políticas internacionais. Com isto, o Ministério vem mostrando que fazer políticas públicas culturais é ir além de uma mera oposição entre nacional-local.

Não significa dizer que uma Convenção bastaria para reconhecer a globalização como instrumento da promoção da diversidade cultural. Mas é um passo significativo, já que estabelece medidas práticas, e parâmetros, inclusive para negociações com a OMC. (GIL, 2005).

A Convenção foi concebida como instrumento jurídico permanente. Os Estados signatários afirmam, segundo o Artigo 6.1 “promover e proteger a diversidade das expressões culturais” além de estabelecer que os Estados adotem medidas regulamentares e financeiras para proteger a diversidade em seus respectivos territórios, “especialmente quando estes se acham em perigo ou em situação de vulnerabilidade”.

A análise dos discursos proferidos em Convenções (assim como nos demais encontros internacionais) pode agir como instrumento analítico macro-político. Este tipo de visão “mais ampla” facilita a compreensão de nossas políticas situadas no discurso global. Do mesmo modo, a análise dos discursos dos Ministros do MinC oferece possibilidades interpretativas que vão do nacional ao global.

Mas é a partir de uma etnografia que podemos ter uma compreensão *micro-política* (Guattari, 1996). A micro-política é aqui acionada como uma categoria analítica para observação local; no caso, dos Pontos de Cultura. Uma etnografia micro-política evidencia o papel dos gestores, observados aqui como possíveis *brokers* (Wolf, 1956). Estes *brokers* serão aqui considerados como intermediadores, membros de uma comunidade e trazem consigo os aportes culturais, tradições, códigos e símbolos do grupo.

Assim, se a globalização e as relações transnacionais afetam a dinâmica interna das políticas públicas nacionais, estamos diante de macro e micro relações. Os atores sociais agora são percebidos como capazes de reagir a novas formas de sistema global. Uma micro-análise a partir dos Pontos de Cultura nos permite observar o impacto e atribuição dos macro-fenômenos em pequenos contextos. A etnografia é quem dá condições de observação dos gestores dos Pontos - *brokers* (Wolf, 1956). Vimos que a construção dos paradigmas das políticas públicas brasileiras está intimamente relacionada com as discussões globais. Estamos diante de um novo paradigma que valoriza a diversidade e o protagonismo social. Este protagonismo produz indivíduos intermediários que cambiam relações entre as políticas públicas

nacionais e os grupos locais. Ao considerarmos que as políticas culturais brasileiras estão ancoradas em uma discussão supralocal então, os *brokers* podem ser compreendidos como atores sociais locais que dialogam com as políticas públicas brasileiras e estas, por sua vez, com o sistema global. Veremos adiante como os Pontos de Cultura se encaixam no contexto micro-político e a figura dos *brokers* relacionada tanto macro como micro níveis.

Os Pontos de Cultura e a etnografia micropolítica

O caráter microscópico da Antropologia teria tradicionalmente privilegiado o “local” como um microcosmo da sociedade mais ampla (Feldman-Bianco, 1987). Este tipo de compreensão – de *micro* como a parte de um todo – desconsiderou as diferenças internas e as relações diferenciais. Não privilegiar a multiplicidade contida nas culturas e entre elas, seria, em última instância, ignorar a diversidade cultural. Neste sentido, a micro-análise ao mesmo tempo em que desvendou costumes e culturas aparentemente exóticas, também criou caminhos (e obstáculos) para interpretações de processos sociais mais amplos. A crítica de Ferguson (1997) reage justamente a essa micro-etnografia dominada por um “conjunto de micro-narrativas à margem de qualquer marco cultural ou macro político efetivo” (Ferguson e P. Golding, p. 222, 1997).

As sociedades e grupos podem ser analisados a partir das intermediações políticas, econômicas, culturais e históricas de pequena escala (Nadel, 1959). Estas intermediações compartilham situações de mudança e conflito. Portanto, a análise entre macro e micro dimensões privilegia o movimento transacional. É exatamente na relação, no *intermezzo* (Deleuze e Guattari, 1996) que podemos traçar a análise entre macro e micro políticas. Neste espaço fronteiro de contradições e conflitos.

Também são nestes espaços de mudança e conflito que se cristalizariam as posições e grupos sociais. Enfatizar este aspecto de conflito e variação é o que Van Velsen (1987) define como “análise situacional” ou “caso do estudo detalhado”. Este modelo de análise utiliza registros de situações de conflito agregado ao comportamento de indivíduos específicos como parte da análise dos processos sociais. Assim, o

antropólogo pode observar uma “situação social” para então relacioná-la à sua totalidade. (Gluckman 1987, p. 301). Uma análise microscópica contextualizada e relacionada a uma totalidade pode detectar padrões de relações, e de instituições. Assim, este tipo de etnografia relaciona o comportamento grupos a outros processos sociais mais amplos.

Nos Pontos de Cultura as “análises situacionais” podem ser acionadas como estratégias de observação dos gestores. Isto implica em uma observação participante atenta ao discurso, às ações e às interações que se estabelecem com estes personagens. Uma maneira de aprofundar a análise sobre estas contradições. A posição de “intermediário” constitui uma instância de poder que pode inclusive, facilitar a ascensão social de alguns indivíduos. Este tipo de “análise situacional” é próximo da noção de micro-política da qual pretendo aqui desdobrar. Essas estratégias de pesquisa “mostraram-se fundamentais para o estudo da antropologia da política e, em especial da política em nível local e suas articulações em rede” (Ribeiro, p. 29, 2003). A análise micro-política também é atenta aos anseios das comunidades junto à “realidade” da implantação dos Pontos. Se as políticas culturais atendem aos desejos e às identidades culturais locais.

Alguns autores (Calabre, 2009, Rubim, 2000 e Turino, 2009) apontam que os entraves burocráticos, as diferenças de entendimento e a má vontade política são os principais impasses para a implantação de novas políticas públicas culturais, como os Pontos de Cultura. Até porque, uma entidade quando é selecionada como um Ponto de Cultura provoca uma quebra na hierarquia política. É como se o reconhecimento dos grupos desencadeasse um *empoderamento social*, [no qual] *muitos poderes constituídos não toleram* (Turino, p. 43, 2009). Produzir uma política pública “de baixo para cima” ainda incomodariam algumas estruturas de poder.

Uma observação macro-política nos coloca no centro do debate sobre governança, ao passo que uma análise micro-política nos direciona ao conceito de *governamentalidade* (Foucault, 1991). Não é uma tarefa simples fazer distinções precisas entre governança e governamentalidade já que seriam conceitos co-dependentes. Por ora, vamos

delimitar os campos de atuação destes conceitos para ampliarmos a discussão sobre micro-política.

Segundo o documento *Governance and Development* (1996), do Banco Mundial, o conceito de governança é “o exercício da autoridade, controle, administração e poder de governo”. A governança seria o modo operante das políticas públicas cujos padrões seriam definidos a partir de organismos internacionais. Governança seria o *modus operandi* (Santos, p.141, 1997) das políticas governamentais que incluiria, dentre outras funções políticas, o alcance geral dos programas formulados pelas políticas públicas. A relação entre globalização e governança é estabelecida a partir dos deslocamentos de poder - de orientação local ou nacional para um nível transnacional e global.

A *governamentalidade*, apesar de compartilhar muitas características com governança, é um termo foucaultiano voltado à produção de subjetividades, indica uma transformação na analítica do poder, mas também uma problematização desta nova ordem eminentemente *molecular*¹ e ao mesmo tempo, política. A *governamentalidade* está intimamente relacionada àquilo que Foucault denominou de micro-física do poder: a existência de elementos de poder diferentes do Estado, articulados de maneiras variadas, mas que são indispensáveis para a manutenção, inclusive, do Estado (Foucault, 2007). Uma das preocupações de Foucault é de “procurar dar conta deste nível molecular do exercício do poder sem partir *do centro para a periferia*, do macro *para o micro*” (Foucault, p. XIII, 2007). Mas sim *entre* o centro e a periferia, *entre* o

¹ A questão é, portanto, que o molar e o molecular não se distinguem somente pelo tamanho, escala ou dimensão, mas pela natureza do sistema de referência considerado. Talvez então seja preciso reservar as palavras “linha” e “segmentos” para a organização molar, e buscar outras palavras que convenham melhor à composição molecular. (Deleuze e Guattari, 1996, p. 87). Quando mencionamos o termo “molecular” estamos muito próximo da análise de Foucault sobre “microfísica do poder”: trata-se efetivamente de mecanismos miniaturizados, de focos moleculares que trabalham em escala microfísica e apresentam-se como singularidades de um “diagrama” abstrato, mas coextensivo a todo o campo social (Foucault, 2007).

micro e o macro. Se a *governamentalidade* proporciona uma mudança na analítica do poder, em compensação ela direciona para a articulação da macro e da micro-política, do governo dos outros e do governo de si mesmo.

Determinar o *macro* a partir do *micro* é o que o próprio Foucault (2007) chamou de *descendente*, no sentido em que deduz o poder a partir do Estado e procura ver até onde ele se prolonga. A *governamentalidade* pode atuar como instrumento micro-político de análise tanto das políticas culturais brasileiras, quanto da etnografia dos Pontos de Cultura. Assim, *governança* e *governamentalidade* podem agir como macro e micro procedimentos teórico-metodológicos complementares. Estes recursos metodológicos permitem a apreensão de uma parte para *relacioná-lo* (e não, determiná-lo) a um todo maior e configurado em redes. O conceito de *governamentalidade* desenvolvido por Foucault (1991) contribui para discussão sobre a micro-física do poder e amplia as ferramentas metodológicas da pesquisa antropológica. Introduzir o conceito de *governamentalidade* na analítica do poder é um modo de abordar as micro-políticas. Ao passo que o conceito de *governança* remete além das estruturas de poder mais tradicionais, uma visão sobre as articulações transnacionais.

A tensão entre permanência e mudança, repetição e transformação são aspectos intrínsecos de qualquer sociedade (Balandier, 2005). Mas no caso das políticas públicas culturais, a análise das continuidades e descontinuidades reflete os modos como os indivíduos convivem e resolvem estas ambigüidades no campo da cultura. A articulação entre micro-macro análises é um desafio para qualquer pesquisa antropológica. Se há contradições, conflitos e permanências entre as Políticas Públicas Culturais e os Pontos de Cultura, macro e micro análises podem provocar diálogos entre ambas. Os caminhos e obstáculos permitem exercício das relações entre a pesquisa, o pesquisador e o nativo, dentro daquilo que Da Matta (1978) definiu de “caráter extraordinário do pesquisador”. O aspecto mais rotineiro e humano da Antropologia (Da Matta, p. 35, 1974).

Referências bibliográficas

APPADURAI, *Modernity at large: Cultural Dimensions of Globalization*. Public Worlds, vol. 1, London: University of Minnesota Press, 1996.

ALVAREZ, Gabriel O. *Mercosur Ritual: Políticos y diplomáticos en la política de integración del cono sur*. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UnB, 2000.

BALANDIER, Georges. *Antropología Política*. Trad. Carina C. Battaglia. Buenos Aires: Ed. Del Sol, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Tradução: Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

CALABRE, L. *Desafios à construção de políticas culturais: balanço da gestão Gilberto Gil*. In: *Proa - Revista de Antropologia e Arte [on-line]*. Ano 01, vol. 01, n. 01, ago. 2009. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/proa/debates/debatelia.html>>.

CANCLINI, Nestor Garcia. *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

CANCLINI, Nestor Garcia. Definiciones en transición. In: MATO, Daniel (org.) *Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales em tiempos de globalización*. Buenos Aires, Clacso, 2001.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DA MATTA, Roberto. *O Ofício do etnólogo ou como ter o Anthropological Blues*. Cadernos PPGAS. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1978.

DELEUZE Gilles. *Diferença e Repetição*. Tradução de Luis Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda.

DELEUZE Gilles e GUATTARI, Félix. *Os Mil Platôs*. Vol. 3. Tradução de Luis Orlandi. São Paulo: Editora 34, 1996.

ARIEL F. NUNES: Pontos de cultura e os novos paradigmas das Políticas Públicas Culturais: reflexões Macro e Micro-Políticas

ESCOBAR, Artur, ALVAREZ, Sônia, DAGNINO Evelina. In: *Culture of Politics/Politics of Culture*. Boulder: Westview Press, 1998.

FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das Sociedades Contemporâneas - Métodos*. São Paulo: Editora Global Universitário, 1987.

FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). *Antropologia e poder – contribuições de Eric R. Wolf*. Trad. de Pedro Maia Soares. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora Unicamp, 2003.

FERGUSON, Marjorie e GOLDING Peter. *Cultural Studies in Question*. Sage Publications, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Governmentality*. In: BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (Eds.). *The Foucault effect: studies in governmentality*. Chicago, Illinois: University of Chicago Press, 1991, p. 87-104.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Org., Intr. e Revisão técnica de Roberto Machado. 23ª Edição. São Paulo: Editora Graal, 2007.

GIDDENS, Anthony (orgs.). *O Debate Global sobre a Terceira Via*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

GIDDENS, Anthony. In: *Informe Mundial sobre a Cultura*. UNESCO, 2000.

_____. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GIL, Gilberto. *Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil*. Brasília: Ministério da Cultura, 2003.

GIL, Gilberto, *Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares*. Brasília: MINC, 2005.

GLUCKMAN, Max. *A Análise de uma situação social na Zululândia moderna*, 1958. In: Feldman-Bianco, Bela (Org.). *Antropologia das Sociedades Contemporâneas - Métodos*. São Paulo: Editora Global Universitário, 1987.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica, Cartografias do Desejo*. p. 127-190. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

JAMESON, Fredric. *Pos-modernismo: A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. São Paulo: Editora Ática, 2001.

LITTLE, Paul in RIBEIRO, Gustavo Lins. *Cultura e Política no Mundo Contemporâneo, Paisagens e Passagens*. Brasília: Editora UnB, 2000.

MINISTÉRIO DA CULTURA. MAMBERTI, Sérgio. Políticas públicas: cultura e diversidade. In: LOPES, A.; CALABRE, L. (org.). *Diversidade cultural brasileira*. Rio de Janeiro: Fund. Casa de Rui Barbosa, 2005, p. 15-18.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Cultura é um bom negócio*. Brasília: MINC, 1995.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Programa cultural para o desenvolvimento do Brasil*. Brasília: Ministério da Cultura, 2006.

NADEL. S. F. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das Sociedades Contemporâneas - Métodos*. São Paulo: Editora Global Universitário, 1987.

ROBERTSON, Roland. *Globalization - Social Theory and Global Culture*. London: Sage Publications, 1992.

RIBEIRO, Gustavo Lins e BIANCO, Bela Feldman (orgs.). *Antropologia e Poder. Contribuições de Eric. R. Wolf*. São Paulo: Editora Unicamp, p. 11-50.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *A condição da transnacionalidade*. Série Antropologia. UnB, 1997. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie223empdf.pdf>>. Acesso em: 29/01/2011.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Imobilização da força de trabalho. Considerações sobre os modos de expansão concentrada e difusa*. Série Antropologia, n.172. DAN, Brasília: Universidade de Brasília, 1994.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Comunicação & política*. São Paulo: Hacher, 2000.

SANTOS, Maria Helena de Castro. *Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte*. In: Dados – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 40, n. 3, 1997, p. 335-376.

STAVENHAGEN, Rodolfo in: Informe Mundial sobre a Cultura. UNESCO, 2000.

TURINO, Célio. *Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2009.

VAN VELSEN J. *A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado 1967 in* Feldman-Bianco, Bela (org.). *Antropologia das Sociedades Contemporâneas - Métodos*. São Paulo: Editora Global Universitário, 1987.

VELTZ, Pierre. *Mundialización, Ciudades y Territorios: la economía de archipiélago*. Editora: Ariel, Barcelona, 1999. Disponível em “rede de bibliotecas universitárias”:
<<http://rebiun.absysnet.com/cgi-bin/rebiun/O7439/ID3b14e652?ACC=101>>

WOLF, Eric. R. *Aspects of Group Relations in a Complex Society*. *American Anthropologist*. Disponível em: <www.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1525/aa.1956.58.6.02a00070/pdf>. Acesso em: 05/03/2011.